



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009184-84.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Elizeu Jesus Robles e outro**
 Embargado: **Avilmar Antonio Bertho e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter adquirido imóvel que especificaram.

Alegaram ainda que parte ideal desse imóvel foi adjudicado aos réus, o que implicou constrição passível de solução pelos presentes embargos de terceiro.

Dispõe o art. 675, *caput*, do Código de Processo Civil que:

"Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Na hipótese vertente, a certidão de fl. 139 dá conta de que no processo de origem foi expedida carta de adjudicação em 05/12/2017, sendo o feito extinto por sentença transitada em julgado em 26/03/2018.

Tal carta de adjudicação, outrossim, foi regularmente registrada na matrícula pertinente do Registro Imobiliário (fl. 133 – R.12).

Diante desse cenário, reputo que os embargos opostos não podem prosperar.

A clareza da regra do art. 675 do Código de Processo Civil não dá margem a interpretação que leve à sua inobservância, patenteando-se que já havia decorrido o prazo para o ajuizamento da ação quando isso se deu (20/09/2018).

Assim, e preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso, tenho como de rigor o reconhecimento da prescrição da ação, como, aliás, já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em situação afim:

"IMISSÃO NA POSSE - Adjudicação judicial de imóvel perante a Justiça Comum - Sentença que julgou improcedente a ação - PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO - Embargos de terceiro ajuizados após o quinquídio legal - ADJUDICAÇÃO JUDICIAL DE IMÓVEL - Direito à imissão na posse direta do bem como consequência jurídica da aquisição judicial - Vícios anteriores aos direitos/propriedade adquiridos que não podem ser opostos em face do autor da imissão - RECURSO DESPROVIDO." (Apelação nº 0000681-83.2015.8.26.0441, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MARIA SALETE CORRÊA DIAS**, j. 27/09/2018).

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, tornando de rigor pela natureza da via eleita a imediata extinção do processo.

Isto posto, declaro a **PRESCRIÇÃO** da ação e extingo o processo com fundamento no art. 487, inc. II, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**